

CT.GFC. 132 /2019

02 de ABRIL de 2019

Ao

Sr. Marcelo Oliveira Rocha – Sócio Administrador
ROCHA, CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS
Rua Dom José de Barros nº 264, 2º andar - Centro
01038 000 São Paulo SP

CONTRATO Nº 801417301100 - Designação de Gestor

Prezado Senhor,

Comunicamos a V.Sa. que o Sr. Rogerio Felipe da Silva - Gerente Jurídico - GRJ, telefone (11) 3117-7061, será o responsável pela gestão do contrato em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sa. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,



SANDRA REGINA MATOS BORGES
Gerente de Contratações e Compras

**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS
METROPOLITANOS**

CONTRATO Nº 801417301100

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA, ORGANIZADO NA FORMA PREVISTA NO ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, ESPECIALIZADO NA ÁREA DO CONTENCIOSO DO DIREITO TRABALHISTA, PARA DEFESA DOS INTERESSES DA CPTM PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, EM QUALQUER JUÍZO OU TRIBUNAL, ESPECIFICAMENTE NO ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES TRABALHISTAS EM QUE A CPTM FIGURE COMO PARTE EM AÇÕES MOVIDAS POR EMPREGADOS DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS E DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS ENVOLVENDO A FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

CONTRATADA: ROCHA, CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONTRATO Nº 801417301100
CONCORRÊNCIA Nº 8014173011 - REPUBLICAÇÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA, ORGANIZADO NA FORMA PREVISTA NO ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, ESPECIALIZADO NA ÁREA DO CONTENCIOSO DO DIREITO TRABALHISTA, PARA DEFESA DOS INTERESSES DA CPTM PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, EM QUALQUER JUÍZO OU TRIBUNAL, ESPECIFICAMENTE NO ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES TRABALHISTAS EM QUE A CPTM FIGURE COMO PARTE EM AÇÕES MOVIDAS POR EMPREGADOS DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS E DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS ENVOLVENDO A FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO QUE, ENTRE SI, FAZEM A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM E O ESCRITÓRIO ROCHA, CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, CNPJ nº 71.832.679/0001-23, com sede em São Paulo/SP, na Rua Boa Vista nº 185, Centro, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais e, de outro, o escritório **ROCHA, CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, CNPJ nº 00.580.630/0001-82, com sede em São Paulo/SP, na Rua Dom José de Barros nº 264, 2º andar - Centro, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, bem como pela Legislação Estadual pertinente, para os fins do Processo nº 8014173011, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1 OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de escritório de advocacia, organizado na forma prevista no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, especializado na área do contencioso do Direito Trabalhista, para defesa dos interesses da CPTM perante a Justiça do Trabalho, em qualquer juízo ou tribunal, especificamente no acompanhamento das ações trabalhistas em que a CPTM figure como parte em ações movidas por empregados de empresas terceirizadas e de aposentados e pensionistas envolvendo a Fazenda Pública do Estado de São Paulo.

- 1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à CPTM.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital da CONCORRÊNCIA nº 8014173011 - REPUBLICAÇÃO, bem como os seguintes:

- 2.1.1 Proposta Técnica (Anexo 1);
- 2.1.2 Planilha de Quantidades e Preços Propostos (Anexo 2);
- 2.1.3 Proposta Comercial (Anexo 3);
- 2.1.4 Termo de Ciência e de Notificação (Anexo 4); e
- 2.1.5 Declaração de Ciência e Responsabilidade (Anexo 5).

- 2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.

- 2.3 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.

- 2.4 No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da CONTRATADA prevalecerão os documentos da CPTM.

3 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1 Os serviços deverão ser executados, estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato e seus anexos e no edital da CONCORRÊNCIA nº 8014173011 - REPUBLICAÇÃO partes integrantes deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

- 3.1.1 O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela CPTM, em até 15 (quinze) dias da data da assinatura do contrato.

- 3.2 Para os fins e efeitos da contratação que se opera, o acompanhamento dos processos pela CONTRATADA, será feito por patrocínio total.

- 3.2.1 Patrocínio Total: A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela elaboração de todas as peças processuais, nos prazos determinados, judicial, administrativa ou legalmente, naquelas em que a CPTM figure como Reclamada, participação em audiências, interposição de recursos ou remédios constitucionais e todos os demais atos inerentes à prestação de serviços ora contratada.

- 3.3 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o acompanhamento de todas as intimações judiciais em que figure como parte a CPTM, sem qualquer ônus adicional para a CPTM.
- 3.4 A CONTRATADA disponibilizará, com vistas à execução do objeto deste contrato, pessoal habilitado, em número suficiente, inclusive para atender eventuais necessidades extraordinárias, sobre o qual exercerá rigorosa supervisão, cumprindo e fazendo com que cumpram as normas de segurança estabelecidas pela CPTM.
- 3.5 A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato com a mais estrita observância dos padrões, normas e especificações definidas pela legislação vigente, bem como as da CPTM, a qual se reserva o direito de avaliar, periodicamente, a qualidade dos serviços contratados, avaliação essa que será feita, com base entre outros, nos seguintes critérios:
- a) Qualidade Técnica;
 - b) Cumprimento dos prazos;
 - c) Capacidade de redução do valor do risco originalmente estabelecido;
 - d) Êxito nos processos;
 - e) Nível de qualidade, eficácia e agilidade no atendimento das solicitações da CPTM;
 - f) Estrutura (instalações e segurança);
 - g) Recursos Humanos técnicos e administrativos alocados para a prestação dos serviços;
 - h) Especialização;
 - i) Proporcionalidade de causas por advogado; e
 - j) Recursos Tecnológicos disponíveis.
- 3.6 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços contratados são de exclusiva propriedade da CPTM e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da CPTM, sob pena de responder a CONTRATADA por perdas e danos.

4 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA

- 4.1 O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura.
- 4.2 O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, a contar da data do

recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela CPTM, em até 15 (quinze) dias da data da assinatura do contrato.

4.2.1 O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado, por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante a assinatura de Termo de Aditamento.

4.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela CPTM, quando fundamentada nos motivos de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro ou por motivos imputáveis à CPTM, os quais deverão ser comprovados sob pena de a CONTRATADA incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.

4.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceita, também por escrito, pela CPTM.

4.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

5 VALOR DO CONTRATO

5.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de R\$ 1.095.600,00 (um milhão, noventa e cinco mil e seiscentos reais), em fevereiro/2018, data base dos preços (mês / ano do recebimento das propostas), conforme discriminado na Planilha de Quantidades e Preços Propostos - Anexo 2, deste contrato.

5.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla todos os equipamentos, materiais, instrumentos, mão-de-obra, acessórios, seguros cabíveis, pessoal, bem como os custos indiretos (impostos, tributos, encargos, taxas, emolumentos etc.) e outras despesas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste contrato.

6 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no Programa de Trabalho nº: 26783370746270000 - Natureza de Despesa: 339035 – Fonte de Recurso: 004004004 – RAV/3602/2017.

7 REGIME DE EXECUÇÃO

7.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário.

8 CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

- 8.1 Caso este instrumento contratual seja celebrado entre a CPTM e uma sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, o patrocínio deverá ser exercido exclusivamente pelos advogados integrantes do quadro da aludida sociedade.
- 8.1.1 A CONTRATADA fica obrigada a encaminhar à CPTM uma relação contendo o quadro de advogados que integram o escritório, bem como a comunicar, por escrito, qualquer alteração que venha a ocorrer nesse quadro.
- 8.1.2 A comunicação de que trata o subitem 8.1.1, acima, consistirá em documento que, depois de rubricado pelas PARTES, passará a integrar o presente instrumento para todos os fins e efeitos de direito.
- 8.2 A CPTM reserva-se o direito de celebrar contratos similares com outras sociedades ou profissionais liberais, obrigando-se a CONTRATADA, neste ato, desde que não prejudique seus interesses, a colaborar com tais pessoas, quando e se solicitado pela CPTM.
- 8.3 Na hipótese da CONTRATADA deixar de verificar e informar à CPTM a existência de depósitos judiciais a serem levantados nos processos sob o seu patrocínio, a CONTRATADA ficará responsável por ressarcir a CPTM das perdas financeiras apuradas desde a data de disponibilização dos depósitos até a data do efetivo levantamento por parte da CPTM, acrescidas de juros moratórios fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
- 8.4 Na hipótese da CONTRATADA deixar de verificar e informar à CPTM a necessidade de se proceder a recolhimentos fiscais e previdenciários, nos processos sob o seu patrocínio, a CPTM procederá aos respectivos recolhimentos acrescidos dos encargos e reterá da nota de honorários da CONTRATADA o valor das multas e demais encargos recolhidos, retenção essa desde já autorizada pela CONTRATADA, em caráter irrevogável e irretratável.
- 8.5 As custas processuais ou administrativas, emolumentos, tributos, contribuições e demais despesas correlatas necessárias à condução dos processos em trâmite perante a Justiça do Trabalho, serão de responsabilidade da CPTM, salvo se o encargo couber à outra parte.
- 8.5.1 A CONTRATADA será responsável pelas despesas para extração de cópias de peças processuais para a formação dos dossiês a serem arquivados nas suas dependências.
- 8.6 É expressamente vedado à CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, sem expressa anuência da CPTM, os direitos e obrigações deste contrato.

- 8.7 A CPTM poderá manifestar-se junto à CONTRATADA por si, pelos advogados de seu quadro permanente ou pelos seus prepostos devidamente designados.
- 8.8 A CONTRATADA declara, desde já, estar ciente e concordar que as pastas dos processos contendo os documentos físicos ou eletrônicos são de propriedade da CPTM, dessa forma a CONTRATADA assume, neste ato, a título gratuito a condição de fiel depositário dos referidos “dossiês”, obrigando-se a restituí-los à CPTM quando solicitado, no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 8.9 Por questões de segurança, a CPTM recomenda à CONTRATADA que todos os prazos legais sejam cumpridos com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
- 8.9.1 Na constatação de morosidade excessiva no andamento de processo, por culpa da CONTRATADA, ficará reservado à CPTM o direito de suspender, de imediato, o pagamento da respectiva remuneração devida à CONTRATADA.
- 8.10 A CONTRATADA obriga-se a informar, imediatamente, todos os processos sobrestados ou encerrados com base nos artigos 485 e 487 do C. P. C. – Código de Processo Civil Brasileiro. A ausência dessa informação implicará o estorno de todos os pagamentos efetuados após a data do sobrestamento/encerramento, preferencialmente mediante a compensação com quaisquer outros créditos relativos a honorários advocatícios devidos pela CPTM à CONTRATADA.
- 8.11 Farão parte integrante deste instrumento contratual, como se nele transcritos fossem, todas as orientações, normas e manuais que a CPTM entender necessários ao desempenho satisfatório dos serviços, inclusive no que tange aos aspectos administrativos. Tais orientações, normas e manuais serão entregues fisicamente à CONTRATADA ou transmitidos por meios eletrônicos, obrigando-se a CONTRATADA a cumpri-las e observá-las fielmente, a partir da data da recepção.
- 8.12 Dependerá de prévia autorização por escrito da CPTM a realização de acordos e de composições com a parte contrária em especial àqueles que implicarem transigência de valor e/ou dilação de prazo para o cumprimento de obrigações.
- 8.13 A CONTRATADA responderá pelos prejuízos que advirem em razão de conduta incompatível com a defesa dos interesses da CPTM, especialmente àquelas decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia.
- 8.14 A CONTRATADA declara que não foram realizados investimentos de qualquer natureza para atendimento desta contratação, porquanto a sua atual estrutura é compatível para o adequado atendimento do objeto deste contrato.
- 8.15 Na hipótese de recebimento de ações em andamento, a CPTM repassará à CONTRATADA as pastas processuais e um relatório consolidado de todos os

processos transferidos, contendo no mínimo as seguintes informações:

- a) Número do processo;
- b) Vara de Origem;
- c) Comarca;
- d) Natureza da Ação; e
- e) Andamento.

8.15.1 Ao receber a nova carteira de processos, a CONTRATADA deverá providenciar de imediato, um inventário de todos os processos recebidos e encaminhar um documento à CPTM acusando o recebimento de tais processos.

8.16 A CPTM não arcará com despesas relativas a locomoção e transporte ou outras despesas atinentes ao acompanhamento processual, tais como extração de cópias, fac-símiles, não se responsabilizando por eventuais prejuízos que venham a ser suportados pela CONTRATADA para a execução dos serviços.

8.17 A elaboração de cálculos, quer para fins de contingência, quer para apresentação em Juízo, ficará a cargo do escritório de perícia contábil escolhido e credenciado pela CPTM que arcará com os respectivos custos.

8.18 A CONTRATADA elaborará e encaminhará à CPTM, mensalmente, um relatório consolidado de todos os processos cometidos ao seu patrocínio, contendo a opinião do respectivo patrono a respeito do resultado estimado para cada processo, em razão do risco de perda envolvido, classificando-o em remoto, possível ou provável.

9 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 A CPTM procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.

9.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar Relatório Mensal dos serviços executados à CPTM até o 5º (quinto) dia útil, contado do último dia do período de adimplemento de cada parcela, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.

9.1.2 Para cada processo que lhe for substabelecido, a CONTRATADA fará jus, a título de honorários advocatícios, ao valor fixo por processo/mês constante da Tabela abaixo:

Quantidade Inicial de Processos:	Valor Fixo por processo/mês (R\$):	Valor Total mensal (R\$):
4.400	20,75	91.300,00

- 9.1.3 A CONTRATADA atenderá a solicitações da CPTM relativas a verificação de andamento processual, extração de cópias, protocolos, levantamentos de alvarás e outras providências relativas às ações trabalhistas.
- 9.1.4 Exclusivamente para fins de cobrança de honorários advocatícios, a ação trabalhista deve ser considerada encerrada, cessando o pagamento de honorários advocatícios: (i) após transferência ou comprovação nos autos dos recolhimentos fiscais e previdenciários e/ou retirada de alvará para levantamento de depósitos recursais ou saldo remanescente de depósitos judiciais.
- 9.1.5 A CONTRATADA obriga-se a informar, imediatamente, todos os processos encerrados, conforme definição constante do subitem 9.1.4, acima. A ausência dessa informação implicará o estorno de todos os pagamentos efetuados após a data do encerramento, preferencialmente mediante a compensação com quaisquer outros créditos relativos a honorários advocatícios devidos pela CPTM à CONTRATADA.
- 9.1.6 A CPTM terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para a conferência do relatório e a sua aprovação.
- 9.1.7 O relatório não aprovado pela CPTM será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação.
- 9.1.8 Após a aprovação do relatório, a CONTRATADA deverá, num prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal - DFSF da CPTM, sito na Rua Boa Vista nº 170, Edifício Cidade I, Bloco 5, 3º andar, Centro, São Paulo - SP as notas fiscais, das quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato, acompanhadas do respectivo documento de cobrança.
- 9.1.9 Na nota fiscal e no documento de cobrança deverão ainda ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço, o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a CPTM as disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, e normas complementares.
- 9.1.10 O documento de cobrança não aprovado pela CPTM será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo

estabelecido no subitem 9.1.8, a partir da data de sua reapresentação.

9.1.11 A devolução do documento de cobrança não aprovado pela CPTM em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

9.1.12 A CPTM efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal de cada parcela no DFSF, desde que aprovados a medição, a nota fiscal e o documento de cobrança, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.

9.1.12.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato, fica condicionada à inexistência de registro da CONTRATADA no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

9.1.13 Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme estabelecido na correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento se dilatará pelo número de dias contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.

9.1.14 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à CPTM, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:

$$VJM = VA \times (1,06)^{n/365}, \text{ onde:}$$

VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios

VA = Valor em atraso

N = Número de dias em atraso

9.1.15 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro desde que devidamente comprovados.

9.1.16 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento de cobrança e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação dos índices de preços que compõem a fórmula de reajuste.

9.1.17 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto Estadual nº 62.867, de 03/10/2017, estando vedada a cobrança bancária.

- 9.1.18 A CONTRATADA deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao Departamento de Controle e Orçamento - DFFO da CPTM, sito na Rua Boa Vista nº 175, Edifício Cidade II, Bloco B, 2º andar, Centro, São Paulo - SP.
- 9.1.19 A CPTM poderá, sem prejuízo do disposto no subitem 12.1 deste instrumento, descontar dos pagamentos das faturas, importâncias que, a qualquer título, forem-lhe devidas pela CONTRATADA em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a CPTM e a CONTRATADA.
- 9.1.20 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela CONTRATADA contra a CPTM não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A CPTM não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".
- 9.1.21 A CONTRATADA dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a CPTM, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

10 REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 10.1 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, em especial o Decreto Estadual nº 48.326/03, de 12/12/03 e as disposições da Resolução CC 79, de 12/12/03, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times (I_i / I_0), \text{ onde:}$$

- R = Valor do reajustamento para o mês de aplicação do reajuste, de acordo com a legislação vigente;
- P₀ = Valor da medição a ser reajustada;
- I₀ = "Índice de Preços ao consumidor – IPC da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas", publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, relativo ao mês da data base da proposta;
- I_i = Idem, relativo ao mês de aplicação do reajuste.

- 10.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços - fevereiro/2018.
- 10.3 Na hipótese de até a emissão do documento de cobrança, não ter sido divulgada a variação do índice, o reajustamento será calculado, de forma provisória, por meio da aplicação do último índice conhecido.
- 10.4 Quando da publicação dos índices definitivos, a CONTRATADA deverá emitir

nota fiscal e documento de cobrança referentes à diferença do reajuste, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias da entrega desses documentos à CPTM ou na data de vencimento original, o que ocorrer depois.

- 10.5 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 10.6 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à CONTRATADA, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

11 TRIBUTOS

- 11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução, encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à CONTRATADA apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à CPTM apurar e recolher o ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a CONTRATADA desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.
- 11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a CPTM, correspondente ao respectivo Estado da Federação.
- 11.3 A CPTM se reserva o direito de solicitar à CONTRATADA, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.
- 11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a CONTRATADA em atraso em relação ao Cronograma Físico-Financeiro, parte integrante deste instrumento, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a CPTM responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a CONTRATADA suportar o ônus dessa diferença.
- 11.6 A CPTM, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.
- 11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de

recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a CONTRATADA assume, desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.

- 11.8 A CONTRATADA deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a CONTRATADA deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.
- 11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a CONTRATADA desde logo reconhece e autoriza à CPTM a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.
- 11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pela CPTM, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.
- 11.11 A CONTRATADA, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.
- 11.12 É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a CPTM, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a CPTM do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

12 GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

- 12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA apresentou garantia de adimplemento das condições estabelecidas neste instrumento, no valor de R\$ 54.780,00 (cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, recolhida junto ao Departamento de Finanças da CPTM.

- 12.1.1 A garantia estabelecida nesta cláusula pode ser prestada mediante caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à CONTRATADA optar por uma dessas modalidades, devendo os termos do seguro-garantia e/ou fiança bancária serem submetidos à prévia aprovação da CPTM. A opção por títulos da dívida pública será apresentada na forma estabelecida no art. 56, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, com a redação dada pela

lei nº 11.079 de 30/12/04, devendo ser comprovada a sua validade atual quanto à liquidez e valor.

- 12.1.2 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em REAL, com atualização automática de seu valor, na mesma época, índice, forma e periodicidade estabelecidos no item de Reajustamento de Preços.
- 12.1.3 A garantia prestada em dinheiro deverá ser depositada diretamente na conta a ser indicada pelo Departamento de Finanças da CPTM, devendo a cópia do certificado de depósito ser entregue naquele departamento. A garantia prestada em títulos da dívida pública deverá ser entregue diretamente no Departamento de Finanças da CPTM, situado na Rua Boa Vista nº 175, Edifício Cidade II, 4º andar, Bloco A, Centro - São Paulo - SP.
 - 12.1.3.1 Havendo deduções do valor da garantia, pela aplicação de eventuais multas, a CONTRATADA obriga-se a regularizar a garantia quanto à complementação até o valor estabelecido no subitem 12.1 supra, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da comunicação escrita da CPTM.
- 12.1.4 No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a CONTRATADA deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência de 10 (dez) dias úteis ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o término da vigência do contrato, ficando também explícita a renúncia do fiador ao direito expresso nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro.
- 12.1.5 Desde que cumpridas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e quando em dinheiro atualizada monetariamente.
- 12.1.6 A CPTM poderá fazer uso da garantia de execução contratual, para pagamento de indenizações, bem como das multas previstas neste instrumento e, não sendo esta suficiente, responderá a CONTRATADA pela diferença e pela garantia e/ou complementação da garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

13 OBRIGAÇÕES DA CPTM

- 13.1 A responsabilidade primária da CPTM é de fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.

- 13.2 Para o regular cumprimento do Contrato, assistirá à CPTM fornecer, sempre que deles dispuser, os elementos solicitados pela CONTRATADA, referentes aos argumentos da defesa de seus direitos.
- 13.3 Colocar à disposição da CONTRATADA testemunha e preposto, conhecedores dos fatos da ação trabalhista.
- 13.4 Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.
- 13.5 Notificar por escrito a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos serviços.
- 13.6 Notificar por escrito a CONTRATADA, da aplicação de eventual penalidade.
- 13.7 Fornecer uma senha para acesso ao Sistema de Controle de Processos da CPTM.

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1 A CONTRATADA se obriga a:
 - 14.1.1 preliminarmente ao início dos serviços, apresentar:
 - 14.1.1.1 Prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a CONTRATADA, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados.
 - 14.1.2 dar início à execução dos serviços a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços - O.S. expedida pela CPTM.
 - 14.1.3 articular-se com o Departamento Jurídico Trabalhista da CPTM, no primeiro mês de vigência do contrato, objetivando a transferência dos processos a serem assumidos pela CONTRATADA, de forma a não haver solução de continuidade que venha a prejudicar o bom andamento das ações.
 - 14.1.4 responsabilizar-se pelo estudo de todos os documentos e outros elementos fornecidos pela CPTM para a execução do objeto deste instrumento, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos.
 - 14.1.5 assegurar que a condução de cada processo fique sob responsabilidade de pelo menos um dos integrantes da Equipe Técnica indicada para a execução dos serviços.
 - 14.1.6 possuir quadro de empregados qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços

especializados necessários para desenvolvimento do objeto do contrato.

- 14.1.7 arcar com todos os custos relacionados com o pessoal necessário à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos devidos, bem como os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, seguros e outros não mencionados.
- 14.1.8 fornecer todo e qualquer material e mão-de-obra necessários à execução dos serviços contratados.
- 14.1.9 arcar com todos os custos referentes às cópias extraídas pela CONTRATADA para a execução dos serviços objeto do contrato, já compreendidos no valor do contrato, bem como com todos os demais custos envolvidos na prestação dos serviços.
- 14.1.10 arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.
- 14.1.11 executar fielmente, dentro dos limites de suas atribuições, o objeto do presente contrato, conforme condições constantes neste instrumento e em seus anexos.
- 14.1.12 empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CPTM, sob seus cuidados profissionais.
- 14.1.13 acompanhar totalmente cada processo até o final.
- 14.1.14 proceder ao acompanhamento preventivo dos processos junto às Varas competentes, visando antecipar-se ao conteúdo das publicações.
- 14.1.15 solicitar à CPTM, em prazo hábil e por escrito, as providências que venham a depender da atuação da CPTM, relativa aos processos trabalhistas objeto do contrato.
- 14.1.16 somente atender as recomendações de natureza técnica ou geral, que tenham sido emanadas pelo Departamento Jurídico Trabalhista.
- 14.1.17 não aceitar e/ou propor ações em face da CPTM.
- 14.1.18 utilizar todos os recursos, requerimentos e impugnações admitidas em Direito como meio de defesa e garantia dos direitos da CPTM, somente eximindo-se desta responsabilidade caso a CPTM autorize, por escrito, a não utilização destes meios processuais.
- 14.1.19 responder, juntamente com seus sócios e integrantes não sócios, subsidiariamente pelos danos causados à CPTM por ação ou

omissão na execução do objeto do contrato, sem prejuízo de outras responsabilidades legais.

- 14.1.20 manter arquivo próprio e individualizado dos processos judiciais trabalhistas em que estiver atuando, fornecendo à CPTM, até o dia 10 (dez) de cada mês, em via impressa ou por e-mail previamente definido, relatório integral de posicionamento dos feitos, remetendo as cópias de todas as peças processuais (petição inicial, contestação, laudos periciais, atas de audiência, sentenças, embargos, recursos, guias de recolhimento, publicações etc.) para acompanhamento geral do Departamento Jurídico Trabalhista, como condição de aceitação do serviço e para a efetiva apuração e recebimento do preço contratado. Deverá, também, no prazo acima, apresentar Relatório dos processos em trâmite na 1ª Instância, quando da procedência, improcedência ou procedência parcial, do trânsito em julgado e da fase final, ou quando o processo já estiver liquidado ou arquivado.
- 14.1.20.1 só serão considerados recebidos os e-mails para os quais a CONTRATADA tenha recebido a correspondente confirmação de recebimento.
- 14.1.21 permitir à CPTM um Gerenciamento remoto dos processos sob responsabilidade da CONTRATADA, por meio da disponibilização e instalação de software adequado a esse fim específico, cujo valor da licença de uso já está contemplada no preço do contrato.
- 14.1.22 inserir no sistema informatizado a ser definido, e manter atualizadas semanalmente, as informações processuais mínimas sobre o andamento dos processos. Os processos que não tiverem andamento no período superior a 3 (três) meses, deverão ser atualizados no mínimo trimestralmente ainda que seja para informar a inexistência de andamento ou em relatório a ser enviado por mídia digital. Enquanto não for definido o sistema informatizado a ser implantado, a CONTRATADA deverá inserir tais informações em mídia digital e encaminhá-la à CPTM no mesmo período acima.
- 14.1.23 manter arquivo físico ou eletrônico, contendo cópia das principais peças de cada um dos processos, inclusive mas não limitadamente, as seguintes: (i) petição inicial; (ii) contestação; (iii) laudos periciais; (iv) atas de audiência; (v) sentenças; (vi) acórdãos de todas as instâncias; (vii) embargos; (viii) recursos; (ix) acordos nos autos; (x) guias de recolhimento fiscais e previdenciários; (xi) publicações.
- 14.1.24 atender qualquer solicitação ou convocação da CPTM, imediatamente após a cientificação para tal fim, tanto por via telefônica ou por fax, dentro do horário administrativo.

- 14.1.25 orientar, dirimir possíveis dúvidas que surjam através de pareceres ou de consultas escritas ou verbais, quanto ao trâmite dos processos ou qualquer outra que seja do interesse da CPTM.
- 14.1.26 comunicar a CPTM e enviar a esta no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da data da publicação, o alvará ou guia de retirada para levantamento de valores, sob pena da aplicabilidade das penalidades cabíveis.
- 14.1.27 comunicar a CPTM, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da publicação, todos os recolhimentos fiscais e previdenciários, que devem ser procedidos, sob pena da aplicabilidade das penalidades.
- 14.1.28 comunicar toda e qualquer alteração legislativa, de normas procedimentais da justiça ou órgão administrativo local, que afete quaisquer dos processos, independentemente do status em que se encontre.
- 14.1.29 fornecer a qualquer tempo, quando solicitado pela CPTM, todas as informações relativas aos processos judiciais sob seu patrocínio.
- 14.1.30 apresentar comprovantes de pagamentos de despesas com a condução dos processos, tais como taxas, impostos, contribuições, depósitos, pagamento de condenações, devidamente autorizadas pela CPTM, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar a data da obtenção do adiantamento dos recursos respectivos, sob pena de suspensão do pagamento da verba honorária ajustada através deste instrumento, até a regularização das referidas pendências.
- 14.1.31 não divulgar, nem fornecer a terceiros, dados ou informações referentes aos serviços executados pela CPTM, salvo com autorização expressa desta.
- 14.1.32 repassar imediatamente à CPTM as pastas processuais físicas ou eletrônicas, em caso de encerramento dos processos ou rescisão contratual.
- 14.1.33 encaminhar à CPTM, em caso de rescisão deste contrato por qualquer motivo, relatório circunstanciado de todos os feitos sob sua responsabilidade, bem como todos os documentos, pastas, cópias e demais papéis que se relacionem a eles.
- 14.1.34 enviar dentro dos prazos previamente estipulados, informações processuais e financeiras relacionadas aos processos sob seu patrocínio, bem como outros relatórios que venham a ser solicitados pela CPTM.

- 14.1.35 zelar pela segurança de seu pessoal, observando a legislação pertinente relativa à Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho.
 - 14.1.36 requerer a exclusão da CPTM, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da CONTRATADA, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.
 - 14.1.37 zelar no que lhe compete, pelo correto encaminhamento das medições, faturas e demais documentos decorrentes do presente contrato, nos endereços e aos destinatários indicados pela CPTM, de forma a evitar extravios que possam implicar morosidade ou até suspensão nos compromissos e obrigações por parte da CPTM.
 - 14.1.38 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 14.2 A substituição de qualquer dos integrantes da Equipe Técnica dependerá de prévia e expressa autorização da CPTM.
- 14.3 Para efeitos de cumprimento e execução dos serviços especificados no objeto do contrato, a CONTRATADA se obriga, através de seu pessoal ou preposto expressamente habilitado, a comparecer na CPTM para a retirada das citações e intimações judiciais, bem como para a coleta de todo e qualquer documento necessário à instrução do feito que estará disponibilizado no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da audiência ou do prazo fixado para o ato processual, sem qualquer ônus ou responsabilidade da CPTM.
- 14.4 Caberá ao Departamento Jurídico Trabalhista a interface entre a CONTRATADA e as Gerências das demais áreas técnicas da CPTM.

15 PESSOAL

- 15.1 O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a CPTM e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA. No caso de vir a CPTM ser denunciada judicialmente, a CONTRATADA a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.
- 15.2 A CONTRATADA deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras

providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos referidos, não transfere à CPTM a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

- 15.3 Ocorrendo eventuais ações reclamationárias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da CONTRATADA, fica esta, obrigada a requerer e obter a exclusão da CPTM da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.
- 15.4 Na hipótese de a CPTM vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamationárias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e, desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CPTM, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CPTM utilizará o direito de regresso, em ação própria, a ser intentada contra a CONTRATADA, a qual, desde já, manifesta expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste item.
- 15.5 A mão-de-obra deverá ser qualificada e deverá estar devidamente treinada para as diferentes tarefas técnico-administrativas, de modo a atender eficientemente todas as atividades previstas neste contrato e seus anexos.
- 15.6 Todos os empregados que estiverem prestando serviços nas dependências da CPTM deverão apresentar-se identificados através de crachás.
- 15.7 A CONTRATADA deverá apresentar à CPTM o registro de todos os empregados ligados ao contrato e, deverá, obedecer todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.
- 15.8 Admite-se a substituição do profissional de nível superior por profissional de experiência equivalente ou superior, que possuam capacitação técnica, desde que aprovada pela CPTM.

16 FISCALIZAÇÃO

- 16.1 A CPTM reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à CONTRATADA, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à CPTM quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.
- 16.2 A CONTRATADA deverá manter registro completo dos serviços, por ela executados e objeto do presente contrato. A CONTRATADA se compromete a

dar acesso à CPTM, a seus representantes devidamente identificados, mediante aviso com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, a qualquer instalação ou parte de uma instalação em que a CONTRATADA, esteja prestando serviços à CPTM, e a dados e registros exclusivamente relativos aos serviços ora contratados para fins de controle e acompanhamento da CPTM.

16.2.1 A CONTRATADA deverá prestar aos representantes da CPTM a assistência de que necessitem, cooperando plenamente com a CPTM ou seu designado, no tocante às funções de controle e acompanhamento e com relação às verificações por autoridades fiscalizadoras.

16.3 No desempenho de suas atividades é assegurado à fiscalização, o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

16.4 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica.

16.5 O exercício desta fiscalização não exonera a CONTRATADA das responsabilidades que assumiu no tocante a boa qualidade dos serviços contratados.

16.6 As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução das atividades serão comunicadas por escrito pela fiscalização.

16.7 Os serviços somente serão aceitos quando entregues em conformidade com as especificações, o que não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade sobre os mesmos.

17 PENALIDADES

17.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados / comprovados, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, garantida prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, as seguintes penalidades:

17.1.1 Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente;

17.1.2 Multa de 0,02% (dois centésimos por cento) por cada dia de atraso, calculado sobre o valor atualizado do correspondente serviço, até que os atrasos sejam recuperados;

- 17.1.3 Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor atualizado do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas;
- 17.1.4 Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor atualizado do contrato, na hipótese da reincidência da ação ou da omissão, que tenha justificado a aplicação da multa estabelecida no subitem anterior;
- 17.1.5 Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor atualizado do contrato, na hipótese de alteração da equipe técnica, sem aprovação da CPTM; e
- 17.1.6 Multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato ou de seu saldo, por desistência total ou parcial de seu respectivo objeto.
- 17.2 Além da aplicação das multas e demais penalidades avençadas anteriormente, a CPTM poderá rescindir o presente contrato por qualquer um dos motivos elencados no item de Rescisão, bem como aplicar a suspensão temporária ao direito de licitar e de impedi-la de com ela contratar, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.
- 17.3 Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, devendo o referido ato ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.
- 17.4 As multas estão limitadas em 10% (dez por cento) do valor total deste contrato.
- 17.5 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada de seus créditos ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.
- 17.6 As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, mas sim moratório, consequentemente, o seu pagamento não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CPTM.
- 17.7 Na hipótese do valor da multa ultrapassar o valor da garantia e de não existirem pagamentos previstos efetivamente configurados, a CONTRATADA deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da CPTM, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.
- 17.8 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano "pro rata tempore", até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada na cláusula de pagamento deste contrato.

18 RESCISÃO

18.1 Constituem motivos para rescisão do presente contrato, além das situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as seguintes:

- a) desatendimento das determinações da CPTM ou seu preposto, no acompanhamento e fiscalização dos serviços, assim como a de seus superiores;
- b) quando a CPTM, a qualquer tempo, verificar que os serviços estão sendo executados em desconformidade com o especificado;
- c) quando a CONTRATADA deixar de utilizar pessoal técnico qualificado para a execução dos serviços;
- d) cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços;
- e) não manutenção da garantia contratual, conforme estabelecido na cláusula específica;

18.1.1 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela CONTRATADA, até a data rescisória, passarão à propriedade da CPTM.

18.1.2 A rescisão amigável ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a CPTM.

18.1.3 Nos demais casos de rescisão, sem que haja culpa da CONTRATADA, será essa ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.1.4 A rescisão por não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, acarretará as seguintes consequências:

18.1.4.1 assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CPTM;

18.1.4.2 ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal, empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade;

18.1.4.3 execução da garantia contratual, para ressarcimento da CPTM das indenizações a ela devidas;

18.1.4.4 retenção de outros créditos da CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados à CPTM.

19 SUBCONTRATAÇÃO

19.1 O objeto do presente contrato é indivisível e deverá ser executado em sua totalidade pela CONTRATADA, não sendo admitida a subcontratação.

20 CONFIDENCIALIDADE

20.1 A CONTRATADA se obriga a manter em absoluta confidencialidade todas as informações, dados e documentos aos quais venha a ter acesso em razão da execução dos serviços, objeto do presente contrato, bem como todo o produto gerado por esta, não podendo divulgá-los, cedê-los, doá-los, repassá-los, vendê-los, reproduzi-los por quaisquer meios, ou transferi-los, a qualquer título, em qualquer tempo e circunstância, ainda que após a rescisão deste contrato, tampouco usá-los em benefício próprio ou de terceiros ou para finalidade diversa da ora ajustada, salvo mediante autorização expressa da CPTM, devendo ainda, adotar todas as providências necessárias para que seus empregados, prepostos e sócios tomem ciência da natureza sigilosa desses e respeitem a integridade da guarda dessas informações, dados e documentos.

20.2 Fica a CONTRATADA, ou qualquer pessoa a ele ligada, expressamente proibida de comentar ou divulgar perante terceiros, inclusive e principalmente imprensa, quaisquer fatos ligados aos processos cujo patrocínio lhe tenham sido confiados. Mesmo nos casos em que a divulgação atender aos interesses da CPTM, esta somente será permitida mediante expressa autorização da CPTM, situação na qual o escritório será devidamente autorizado e instruído de como proceder.

20.3 A CONTRATADA responderá civil e criminalmente, arcando, integralmente, com todos os valores relativos ao ressarcimento por perdas e danos e por prejuízos sofridos pela CPTM, ou que essa seja compelida a pagar, eventualmente causados a empregados dessa, a clientes, a terceiros ou aos bens de quaisquer desses, decorrentes do não cumprimento do dever de sigilo, aqui evidenciado, sem prejuízo da rescisão contratual e aplicação das multas estipuladas contratualmente.

21 SEGREDO COMERCIAL

21.1 Nenhum Segredo Comercial perderá a proteção desta cláusula, por força de lei ou de outra forma, ao final do Período de Restrição. Todo Segredo Comercial continuará protegido pelo tempo em que continuar a ser um Segredo Comercial e a CONTRATADA não usará, nem revelará, nem tampouco permitirá que seus empregados, prepostos ou sócios usem ou revelem, Segredo Comercial algum em violação a esta cláusula ou a qualquer outra restrição, durante o prazo em que o mesmo continuar a ser um Segredo Comercial.

21.2 A CONTRATADA informará imediatamente à CPTM acerca de qualquer

tentativa não autorizada visando a obtenção ou o uso de "Informações Confidenciais" ou "Segredos Comerciais".

21.3 A expressão "Segredos Comerciais", conforme usada neste contrato, significa qualquer informação que:

- a) derive valor econômico real ou potencial pelo fato de não ser conhecida, e que não possa ser imediatamente acessada através de meios adequados, por quaisquer pessoas que possam obter valor econômico em virtude de sua revelação ou uso; e
- b) esteja sujeita a esforços razoáveis sob circunstâncias que visem manter seu sigilo.

21.4 A expressão "Informações Confidenciais" conforme usada neste contrato significa qualquer informação que, embora não chegue a ser um Segredo Comercial, é uma informação exclusiva da CPTM ou relacionada a negócios e atividades, obras protegidas, aplicações, sistemas, programas ou procedimentos da CPTM, inclusive, sem limitação, informações recebidas de clientes ou de terceiros sob sigilo, listas e compilações de clientes potenciais ou existentes da CPTM, dados sobre operações de vendas, informações técnicas, comerciais ou financeiras internas da CPTM.

21.5 A CONTRATADA reconhece que todos os Segredos Comerciais e Informações Confidenciais a que tiver acesso em virtude da prestação de serviços ora contratada são de propriedade da CPTM e a CONTRATADA concorda em devolver à CPTM imediatamente, bem como a fazer com que seus empregados, prepostos e sócios devolvam, todos os Segredos Comerciais e Informações Confidenciais, bem como todas as suas cópias.

21.6 A CONTRATADA concorda ainda em devolver à CPTM, bem como a fazer com que seus empregados, prepostos e sócios devolvam, mediante solicitação ou rescisão, todos os outros clientes ou programa de computador bem como quaisquer cópias dos referidos itens obtidos pela CONTRATADA em virtude de seus serviços.

22 ALTERAÇÕES

22.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, unilateralmente pela CPTM, ou por acordo das partes, nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

22.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) e, no caso de reforma, até 50% (cinquenta por cento), calculados sobre o valor inicial do contrato, atualizado se assim a legislação permitir.

22.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no

subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.

22.4 Os prazos de início e término dos serviços poderão ser prorrogados, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias a seguir descritas:

22.4.1 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

22.4.2 Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da CPTM;

22.4.3 Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela CPTM em documento contemporâneo à sua ocorrência;

22.4.4 Omissão ou atraso de providências relativas às obrigações contratuais da CPTM.

23 COMUNICAÇÕES

23.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondências endereçadas como segue:

CPTM:
COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
Rua Boa Vista nº 185 - Centro
SÃO PAULO - SP
CEP 01014-001
CONTRATO Nº 801417301100

CONTRATADA:
ROCHA, CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS
Rua Dom José de Barros nº 264, 2º andar - Centro
SÃO PAULO - SP
CONTRATO Nº 801417301100
CEP 01038-000
CONTATO: Lais Moreira da Silva
TEL/FAX: (11) 3357-2300 / (11) 3337-2816
E-MAIL: licitacao@rochacalderon.com.br / lmoreira@rochacalderon.com.br

23.1.1 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita ou por portador com protocolo de recebimento ou por correspondência com Aviso de Recebimento - AR. Em quaisquer dos casos, deverá

sempre constar o número deste Contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.

- 23.1.2 A CPTM e a CONTRATADA deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

24 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

- 24.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas nos artigos de 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 24.2 O objeto deste contrato será aceito pela CPTM, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.
- 24.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela CPTM e pela CONTRATADA, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.
- 24.4 O recebimento definitivo será efetuado no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela CPTM e pela CONTRATADA.

25 SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO

- 25.1 A CPTM poderá determinar ou aprovar a suspensão, total ou parcial, da execução dos serviços, seja por sua iniciativa ou por solicitação da CONTRATADA, mediante aviso por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- 25.2 Na ocorrência do acima previsto, a CPTM indicará, a título orientativo, o prazo estimado e as condições da suspensão.
- 25.3 Em tal caso, a CPTM pagará à CONTRATADA somente a importância devida por força e nos termos do item de Pagamento deste instrumento, pelos serviços realizados até a data da efetiva paralisação das atividades conforme previsto nesta cláusula.
- 25.4 A CONTRATADA deverá formalizar por escrito, eventual interesse na rescisão contratual ou em suspender as suas obrigações até que seja normalizada a situação, na hipótese da suspensão por determinação da CPTM ser superior ao prazo de 120 (cento e vinte) dias, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, salvo em caso de calamidade pública, grave

perturbação da ordem interna ou guerra.

25.5 A comunicação para reinício dos serviços deverá ser feita por escrito pela CPTM com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data prevista para tal, período no qual deverá ser revisto o planejamento geral dos trabalhos e readequação do Cronograma de Execução sem, contudo, ferir qualquer cláusula ou condição definida neste instrumento.

25.6 Toda revisão do cronograma será efetuada mediante formalização de aditamento contratual.

26 NOVAÇÃO

26.1 Se qualquer das partes contratantes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

27 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

27.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como a Legislação Estadual pertinente.

28 VÍNCULO AO EDITAL

28.1 Para execução dos serviços objeto deste contrato, foi realizada licitação na modalidade CONCORRÊNCIA nº 8014173011 - REPUBLICAÇÃO, cujos atos encontram-se no Processo nº 8014173011.

28.2 O presente contrato está vinculado ao instrumento convocatório da CONCORRÊNCIA nº 8014173011 - REPUBLICAÇÃO e à proposta da CONTRATADA.

29 FORO

29.1 As partes signatárias deste instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro Central da Comarca da Cidade de São Paulo para dirimir quaisquer litígios referentes a este Contrato.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, destinado uma à CONTRATADA e outra à CPTM, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

São Paulo, 02 de Abril

de 2019.


Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:



RODRIGO SERGIO DIAS
Diretor Administrativo e Financeiro
rodrigo.dias@cptm.sp.gov.br
e-mail pessoal: N/I
CPF nº 225.510.368-01
RG nº 39.561.246-9

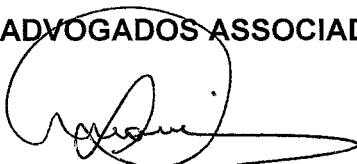


PEDRO TEGON MORO
Diretor Presidente
pedro.moro@cptm.sp.gov.br
e-mail pessoal: N/I
CPF nº 144.051.718-58
RG nº 21.448.592-4



ROGERIO FELIPPE DA SILVA
Gerente Jurídico
rogerio.felippe@cptm.sp.gov.br
e-mail pessoal: N/I
CPF nº 044.979.878-09
RG nº 7.449.713-3

Pela **ROCHA, CALDERON E ADVOGADOS ASSOCIADOS**:



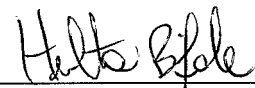
LAIS MOREIRA DA SILVA
Procuradora
lmoreira@rochacalderon.com.br
e-mail pessoal: N/I
CPF nº 221.053.648-02
RG nº 35.711.417-6

TESTEMUNHAS:

1)


CARLOS ALBERTO RODRIGUES
Analista de Administração
e Gestão

2)


Humberto Bifolco
Analista de Processos de Contratação

OS ANEXOS DO
CONTRATO
ENCONTRAM-SE
NOS AUTOS DO
RESPECTIVO
PROCESSO
ADMINISTRATIVO.